

Surge o primeiro nome

Os repórteres de VEJA identificaram um dos sequestradores dos quatro uruguaios estabados em Porto Alegre. Resta à polícia dizer onde ele está

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp **rs** 80
ANOS

Revista Réplica
Ano 40 - Nº 5 | NOVEMBRO 2021
www.amprs.com.br/jornal-replica

ESPECIAL

Dirceu Pinto: o legado do promotor que virou Comenda

Uruguaios acionam por seqüestro em I

Montevideo — Lílian Collietti e Ugo...
Em 1978, os quatro uruguaios foram sequestrados no Rio Grande do Sul e a Collietti, então promotora, foi a responsável por sua libertação. O caso, que virou uma das maiores histórias de sucesso da carreira da Collietti, foi o primeiro de uma série de casos que a levaram a se tornar uma das principais autoridades do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Uma história de novo

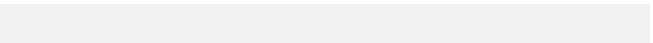
Lílian Collietti e Ugo...
A história de Lílian Collietti, uma das principais autoridades do Ministério Público do Rio Grande do Sul, é marcada por uma série de casos que a levaram a se tornar uma das principais autoridades do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O caso dos quatro uruguaios, que virou uma das maiores histórias de sucesso da carreira da Collietti, foi o primeiro de uma série de casos que a levaram a se tornar uma das principais autoridades do Ministério Público do Rio Grande do Sul.



REVISTA RÉPLICA
ANO 40 – N° 5 | Novembro de 2021

Capa:
Rafael Sarmento / Prana – design & cultura

Esta edição da Revista Réplica homenageia, em sua capa, a memória do procurador de Justiça Dirceu Pinto e sua destacada atuação no caso conhecido como “o sequestro dos uruguaios”. O episódio ocorreu em 1978, quando militares uruguaios, com a colaboração de militares brasileiros, sequestraram e mantiveram em cativeiro, de forma clandestina, em Porto Alegre, dois ativistas uruguaios, Lilián Celiberti e Universindo Díaz, e seus dois filhos, Camilo e Francesca, então com 8 e 3 anos. Uma ligação anônima a dois jornalistas brasileiros, Luiz Cláudio Cunha e João Baptista Scalco, da revista Veja, trouxe o caso à tona, gerando indignação da opinião pública mundial. Na capa desta edição da Revista Réplica, apresentamos um mosaico com reportagens sobre o fato.



Sumário

NOSSA ASSOCIAÇÃO Um ano dedicado à celebração da memória associativa	04
CARREIRA Novos rumos para a carreira no MPRS	07
ESPECIAL Dirceu Pinto: o legado do promotor que virou Comenda	09
ENTREVISTA Marcelo Lemos Dornelles, procurador-geral de Justiça do RS: "O momento exige experiência, pulso firme e muita capacidade de diálogo"	16
APARTES	19
CRÔNICA A Teoria da Porta por Mário Cavalheiro Lisbôa	22
OPINIÃO O mesmo filme, outra vez por Cláudio Brito	23

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE João Ricardo Santos Tavares	COMITÊ EDITORIAL André de Azevedo Coelho Alessandra Moura Bastian da Cunha Cláudio Barros Silva Cláudio Brito Fernando Andrade Alves Mário Cavalheiro Lisbôa	REVISÃO Catia Bandeira (MTB 7.212)
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO André de Azevedo Coelho		DIAGRAMAÇÃO Prana – design & cultura Rafael Sarmento Rua Cel. Fernando Machado, 464 – Centro Histórico CEP: 90010-320 – Porto Alegre (RS) (51) 991.699.944 rafael.sarmento@pranacultura.com
VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS Fernando Andrade Alves	EDIÇÃO CORE Comunicação & Relacionamento Rua Mostardeiro 777, 1401, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90430-001 – Porto Alegre (RS) core@corecomunicacao.com.br (51) 3017-1284	IMPRESSÃO Comunicação Impressa Rua Voluntários da Pátria, 1260 – Floresta CEP 90230-010 – Porto Alegre RS orcamento@coimpressa.com.br (51) 3212-6011
VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL Henrique Rech Neto	REPORTAGEM Mariana Oselame (MTB 13.040) Matheus Closs (MTB 20.085) Robson Hermes (MTB 20.074) Simone Ávila (MTB 11.118) comunicacao@amprs.org.br	TIRAGEM 1.500 exemplares
VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO Karina Bussmann		
VICE-PRESIDENTE DOS JUBILADOS Cláudio Barros Silva		
DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA Mário Cavalheiro Lisbôa		



Av. Aureliano de Figueiredo
Pinto, 501 – Praia de Belas
CEP 90050-191 – Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br

Carta ao leitor



Credito: Robson Hermes / AMP/RS

Caros associados e associadas,

Tivemos a alegria de celebrar, juntos, no dia 8 de outubro, os 80 anos de fundação da nossa Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Honrados por estar à frente da AMP/RS neste momento tão especial e cientes da relevância histórica desta data, não medimos esforços, desde o início da nossa gestão, para resgatar a memória associativa e homenagear os homens e as mulheres que construíram a nossa entidade nestas oito décadas.

Liderados pelo colega Paulo Natalicio Weschenfelder, a Comissão dos 80 Anos e o Departamento do Memorial trabalharam incansavelmente, nos últimos meses, na organização e na catalogação do acervo de fotos e de documentos históricos da AMP/RS. Este processo está registrado na matéria de abertura desta edição da Revista Réplica, “Um ano dedicado à celebração da memória associativa”. A todos os colegas que participaram desta iniciativa de valor inestimável, o nosso agradecimento pela dedicação, pelo comprometimento e pela excelência do trabalho realizado.

O registro das comemorações dos 80 anos se estende a um encarte especial no qual autoridades e colegas cumprimentam a AMP/RS pela passagem do seu aniversário e enaltecem a sua atuação enquanto entidade jurídica mais antiga do Estado e segunda mais longa do País. Neste encarte, também registramos o coquetel realizado na noite de 8 de outubro, na sede campestre, que marcou a comemoração da data.

Esta edição ainda traz a matéria “Novos rumos para a carreira no MPRS”, que documenta o trabalho realizado pela Comissão de Estudos da Carreira, coordenada pelo colega Fernando Andrade Alves, e a entrevista com o procurador-geral de Justiça do Estado, Marcelo

Lemos Dornelles, que assumiu o cargo pela segunda vez em maio deste ano, com mandato até 2023.

Outro ponto alto desta publicação é a matéria de capa, “Dirceu Pinto: o legado do promotor que virou Comenda”, um resgate da trajetória do colega que ganhou notoriedade pelo caso do sequestro dos uruguaios, ocorrido em 1978. Dirceu Pinto, que desde 1996 dá nome à honraria mais nobre concedida pela nossa Associação, representou, à época do caso, e representa, ainda hoje, a coragem, a força, a independência e a autonomia do Ministério Público, exercendo as suas funções de promotor de forma destemida mesmo em um contexto político conturbado e afeito a pressões de todo o tipo.

Mais do que nunca, o legado e o exemplo de Dirceu Pinto permanecem vivos e são imprescindíveis para a nossa luta em defesa da independência funcional do Ministério Público que, nos últimos anos, vem sendo constantemente ameaçada por propostas como a recente PEC 05/2021, ainda em tramitação, cuja mobilização em prol de sua rejeição também está registrada nas páginas desta revista.

Ao comemorar os nossos 80 anos enquanto entidade representativa dos promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça, reafirmamos o nosso compromisso de seguir lutando pela preservação das garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, sem as quais não é possível cumprir a nossa missão de estar ao lado da sociedade nos nossos mais diversos âmbitos de atuação.

Vida longa para a nossa Associação!
Que venham os próximos 80 anos!

João Ricardo Santos Tavares
Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Um ano dedicado à celebração da memória associativa

Comissão dos 80 Anos coordenou os trabalhos de organização das comemorações alusivas às oito décadas de existência da AMP/RS

Criada durante a cerimônia de posse do presidente João Ricardo Santos Tavares, no final de 2020, a Comissão dos 80 Anos nasceu com o objetivo de planejar e implementar ações para a agenda de comemorações das oito décadas da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS). Presidente da Comissão, Paulo Natalicio Weschenfelder convidou para compor o grupo a procuradora de Justiça Maria Ignez Franco Santos e os promotores Karina Bussmann e Michael Schneider Flach. Na implementação dos seus projetos, a Comissão teve o apoio de diferentes setores da AMP/RS, em especial do Departamento do Memorial, que abraçou o desafio de contar os fatos que ocorreram nos 80 anos da Associação por meio de dois livros, um de histórias e outro de registros fotográficos.

Instalado em 18 de novembro de 2020, o Departamento foi criado com o intuito de realizar uma curadoria constante para preservar a história da Associação. De acordo com Weschenfelder, que além de presidente da Comissão dos 80 Anos também é diretor do Departamento, ao revisitar os registros históricos da AMP/RS é notório o mérito da entidade nos avanços conquistados pela Instituição. “Sem sombra de dúvida, não se escreve a história do Ministério Público gaúcho e do Ministério Público brasileiro sem contar a história da Associação”, sustenta.

Com a curadoria da historiadora Luciana da Costa de Oliveira, o grupo se dedicou por meses a estudar o acervo do memorial do Ministério Público. Antônio Carlos Paiva Hornung explica que o trabalho foi focado na coleta de registros dos acontecimentos. “Hoje, conhecemos pouco da passagem dos promotores que nos antecederam e, por isso, não queremos deixar que a nossa passagem também seja esquecida pelos que virão. Nosso trabalho está inteiramente voltado à coleta de dados, de registros dos acontecimentos, para que fique guardado para sempre este período da história da Associação”, destacou o procurador de Justiça jubilado.

Segundo Cezar Antonio Rigoni, o trabalho de resgate histórico encontrou obstáculos nos hiatos dos documentos. “O material é



Da esquerda para a direita: Juliano Rodrigues (gerente administrativo e financeiro), Valdir Bianchesi Jr. (CEO), Antônio Carlos Paiva Hornung (Departamento do Memorial), Karina Bussmann (vice de Mobilização Social e Relacionamento), Paulo Natalicio Weschenfelder (presidente da Comissão dos 80 Anos), João Ricardo Santos Tavares (presidente da AMP/RS), Maria Ignez Franco Santos (Memorial), Mário Cavalheiro Lisbôa (Memorial), Cezar Antonio Rigoni (Memorial), Luciana de Oliveira (historiadora), Cláudio Barros Silva (vice de Jubilados) e Fernando Andrade Alves (vice de Núcleos). **Crédito:** Robson Hermes/AMPRS



Da esquerda para a direita: a historiadora Luciana de Oliveira; os integrantes do Departamento do Memorial e da Comissão dos 80 Anos, Mário Cavalheiro Lisbôa, Cezar Antonio Rigoni, Maria Ignez Franco Santos, Karina Bussmann, Antônio Carlos Paiva Hornung e Paulo Natalicio Weschenfelder; e o vice-presidente de Jubilados, Cláudio Barros Silva. **Crédito:** Robson Hermes/AMPRS



Da esquerda para a direita, em pé: Mário Cavalheiro Lisbôa, Cezar Antonio Rigoni, Maria Ignez Franco Santos, Karina Bussmann, Antônio Carlos Paiva Hornung, Paulo Natalicio Weschenfelder e Cláudio Barros Silva. Da esquerda para a direita, sentadas: Nádia Ferreira, Luciana de Oliveira, Rita de Cássia Viana da Silva, Suelen Schwertner e Daiane de Carvalho Barbosa. **Crédito:** Robson Hermes/AMPRS

muito extenso, pois a história da Associação é muito dinâmica e são oitenta anos de registros em documentos, fotografias, livros, entrevistas e relatos. Nos socorremos de todos estes meios para transmitir aos colegas esta história que realmente emociona. Encontramos algumas lacunas, justificadas por um número excessivo de transferências de sede durante este tempo. Isso cria dificuldades de darmos continuidade à cronologia dos fatos, mas de qualquer maneira, o acervo encontrado é muito significativo. É um trabalho árduo, mas ele é sem dúvida necessário para homenagear a todos os colegas e familiares, aqueles que já faleceram e que marcaram a sua época com a sua passagem na Associação e na Instituição, porque são braços que se unem”, diz o procurador de Justiça jubilado.

Durante a curadoria realizada nos registros, foram encontrados diversos materiais que comprovam a participação ativa da Associação em momentos importantes da história do Ministério Público. Para a procuradora de Justiça Maria Ignez Franco Santos, é importante documentar o trabalho realizado na elaboração de leis, em grupos de estudos, premiações e cursos de aperfeiçoamento, entre tantos outros grupos de debate. “É importante que seja documentada a memória de todo o trabalho incansável de inúmeros colegas que participaram arduamente na consecução dos objetivos do Ministério Público, que sempre passaram pelo ambiente associativo. A história da Associação está muito ligada a todo o crescimento e o desenvolvimento do Ministério Público e é importante que isso fique registrado e que as gerações futuras saibam valorizar este trabalho construído por pequenas partes, que frutificou e transformou o Ministério Público na instituição que é hoje muito respeitada”, defende.

Mário Cavalheiro Lisbôa conta que, apesar de sua larga experiência à frente da Revista Réplica, a produção dos livros é ainda mais complexa. “O trabalho parecia ser interminável, porque à medida que as semanas iam passando, mais fatos, fotografias e episódios apareciam para enriquecer a narração desta história”, relembra. Para o procurador de Justiça jubilado, o trabalho do Memorial ganha ainda mais relevância pelo testemunho dos integrantes do grupo. “Ingressamos na Instituição há muito tempo e, por isso, sabemos que valorizar a história é algo muito mais importante do que se pensa; ela nunca deve ser esquecida”, defende.

O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, revela que a produção dos livros era um projeto há muito tempo planejado pela Diretoria Executiva. “Desde o princípio, nossa gestão havia idealizado o lançamento de uma obra escrita por aqueles que protagonizaram momentos importantes da história da Associação e do Ministério Público. Tivemos a grata surpresa de termos um

grupo formado por colegas extraordinários que possuem uma trajetória exemplar de dedicação à Associação e que agora se empenham na preservação da nossa história. Fui testemunha do trabalho hercúleo que fizeram e tenho certeza de que falo em nome de toda a classe quando digo que não há palavras para agradecê-los”, destacou o promotor de Justiça.

EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA DO MP

Os 80 anos da AMP/RS ainda serão marcados por uma edição especial da Revista do Ministério Público, que também está completando oito décadas de existência. “O lançamento dessa edição especial mostra o quão sólida é a publicação e o quão pertinentes são as discussões e a difusão de ideias que ela contém”, defende o diretor do periódico, Michael Schneider Flach.

O lançamento está previsto para novembro, mês em que foi lançado o primeiro número da publicação em 1941. “É inestimável o valor de conduzir este que será o registro permanente de uma data tão marcante. Agradeço muito ao conselho editorial qualificado que me acompanha neste trabalho. Sinto grande orgulho do material que deixaremos para as gerações futuras”, enfatiza Flach.

CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO



Criada pela Agência Matriz, campanha “Ao lado da Lei, ao lado de todos” começou a ser veiculada em veículos de imprensa de todo o Estado em 30 de agosto. **Crédito:** Divulgação/Agência Matriz

Outra ação relativa aos 80 anos foi o lançamento da campanha “Ao lado da Lei, ao lado de todos”, que começou a circular em veículos de imprensa de todo o Estado no dia 30 de agosto. Para o presidente João Ricardo Santos Tavares, além de marcar as oito décadas de fundação da entidade, a ação evidencia a importância do trabalho dos membros do Ministério Público. “A força do Ministério Público sempre foi a legitimação social. Por isso, a campanha foi criada para mostrar o trabalho da Instituição e a

importância dela para a sociedade, para que seja afirmada ainda mais a legitimação do Ministério Público”, destaca. “Queremos dar protagonismo aos promotores e procuradores de Justiça, pois são eles que, ao lado dos servidores e dos estagiários, constroem a grandeza da Instituição dia após dia”, ressalta João Ricardo.



Aponte o leitor de QR CODE do celular para assistir ao vídeo da campanha “Ao lado da Lei, ao lado de todos”

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO



Sala de reuniões Cooperar, destinada para o uso compartilhado da Sicredi MP e da Fundação de Assistência à Saúde (FAS), foi inaugurada em agosto. Da esquerda para a direita: o gerente da Sicredi MP, Henry Luis dos Santos Ribeiro; o vice de Núcleos da AMP/RS, Fernando Andrade Alves; o diretor-presidente da FAS, Claudio Bonatto; o vice de Jubilados, Cláudio Barros Silva; o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares; o presidente da Sicredi MP, Agenor Casaril; o vice-presidente da Sicredi MP, Delmar Pacheco da Luz; e o diretor da Salutaris, Fulvio Albuquerque. **Crédito:** Robson Hermes/AMPRS

Conforme previsto no planejamento estratégico da Diretoria Executiva da AMP/RS, no mês de setembro foi iniciada a última etapa das obras de revitalização das sedes administrativa e campestre. Com a redistribuição de espaços que ocorreu na sede administrativa, a equipe de colaboradores foi alocada no segundo andar do prédio e, com isso, surgiu a necessidade de uma readequação dos ambientes. A nova obra irá padronizar o pavimento de acordo com os demais andares do prédio, que, recentemente, passaram por reformas. Dentre os espaços inaugurados no primeiro semestre de 2021, destaca-se a sala de reuniões Cooperar, localizada no quinto andar do prédio e destinada para o uso compartilhado da Sicredi Ministério Público e da Fundação de Assistência à Saúde (FAS).

Para o presidente da AMP/RS, o investimento na melhoria da estrutura

interna reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados. “Os colaboradores são a linha de frente do atendimento ao associado e, por isso, devem estar em um local adequado e agradável para o exercício de suas funções”, destaca João Ricardo Santos Tavares. “Além de ser uma das nossas obrigações estatutárias, o processo de manutenção do patrimônio responde a dois importantes aspectos: o primeiro é o de empregar adequadamente os recursos das contribuições mensais dos associados. O segundo ponto é o do impacto na conservação do patrimônio”, explica o dirigente.

Com relação à reformulação da sede campestre, a Diretoria Executiva possui um projeto que abrange da revitalização do muro à reestruturação da churrasqueira coberta. Para o presidente da AMP/RS, o pleno aproveitamento dos ambientes já reformados, como o novo

playground e as quadras de beach tennis e de saibro, indicam o bom investimento dos recursos. “A próxima etapa será a reforma da entrada principal da sede já pensando em uma futura automatização. Haverá também a restauração da churrasqueira coberta e integração com o salão principal, que implicará na ampliação do espaço para locação”, adianta.

O fim das obras está previsto para o final do mandato, em 2022. “Salvo algum fator extraordinário, as intervenções na sede administrativa devem acabar ainda em 2021. Já as reformulações da sede campestre, como envolvem maiores modificações, estão programadas para terminar no ano seguinte. Pretendemos entregar ambas as sedes da AMP/RS totalmente reestruturadas em dezembro de 2022”, garante o presidente João Ricardo Santos Tavares. ■

Novos rumos para a carreira no MPRS

Representada pelo presidente João Ricardo Santos Tavares, pelo vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, e pelo vice-presidente de Jubilados, Cláudio Barros Silva, a Diretoria Executiva entregou as conclusões dos estudos da carreira ao procurador-geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles, e à subprocuradora-geral de Justiça de Gestão Estratégica, Carolina Vaz. **Crédito:** Tiago Coutinho/MPRS

Por meio de uma comissão criada no ato de posse da Diretoria Executiva, em dezembro de 2020, Associação fomentou o debate sobre a carreira no Ministério Público e apresentou à Administração Superior um estudo com alternativas para o aprimoramento do tema na Instituição

Um documento entregue no dia 8 de setembro à Administração Superior do Ministério Público gaúcho marcou o encerramento dos trabalhos da Comissão de Estudos da Carreira da AMP/RS, grupo criado em dezembro de 2020, no ato de posse da atual Diretoria Executiva, com o objetivo de propor melhorias e de tornar mais atrativos o ingresso e a permanência na Instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, sob a coordenação do vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, a Comissão se dedicou à análise e à proposição de alternativas relacionadas aos temas remuneratórios, estruturais e de movimentação da carreira. Quarenta associados de todas as entrâncias e fases de vivências institucionais participaram das discussões do grupo que, no final de agosto, apresentou aos associados os principais pontos do estudo no evento Diálogos pelo Futuro.

“Nosso objetivo é manter a carreira atraente para fomentar o ingresso e permanência no Ministério Público, uma vez que estamos com a carreira dividida em

três faixas devido às reformas previdenciárias. Não é mais aquela carreira percorrida por gerações anteriores. Isso impacta a ideia de pertencimento à Instituição”, entende o vice-presidente de Núcleos da AMP/RS. “Precisamos tornar a carreira atrativa também aos que ingressarão daqui para frente para que permaneçam no Ministério Público, como nós: por uma vida inteira, porque esta é uma carreira de uma vida inteira, mas isso só ocorrerá se ela for atrativa, dinâmica e moderna”, complementa Fernando Andrade Alves.

TRABALHO DA COMISSÃO

O trabalho da Comissão de Estudos da Carreira começou em março, com a divisão dos estudos a serem desenvolvidos em três subgrupos: estrutura/matriz da carreira; movimentação; e alternativas remuneratórias; coordenados, respectivamente, pelo vice-presidente de Valorização Funcional, Henrique Rech Neto, e pelos promotores de Justiça Neidemar Fachinetti e Cristiano Ledur.

Em julho, após as discussões nos subgrupos, a Comissão reunificou os trabalhos com base em três grandes textos desenvolvidos no subgrupo da estrutura da carreira, com reflexos nas demais temáticas. Também foi deliberado que as matérias ficariam à disposição de todos os 40 integrantes. Passado o prazo de apreciação dos textos, os membros apresentaram sugestões de aprimoramento e críticas aos estudos, de modo a fomentar uma consulta objetiva à classe no evento Diálogos pelo Futuro, que ocorreu em 27 de agosto, em formato virtual. Além das palestras do promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Gregório Assagra e do procurador de Justiça aposentado Hugo Nigro Mazzilli, foram apresentadas as três alternativas indicadas pela Comissão: a regionalização e a atuação em segundo grau; a possibilidade de promoção na carreira sem deslocamento físico; e a desvinculação entre Comarcas e Promotorias da mesma localidade. No evento, foi realizada uma enquete para a votação das alternativas estudadas. Desse modo, a alternativa

de promoção do membro do Ministério Público independentemente da alteração de sua unidade recebeu 68,16% dos votos. A regionalização, por sua vez, obteve 15,64% dos votos. Na sequência, a desvinculação de algumas Promotorias de Justiça com relação às entrâncias das Comarcas respectivas, e a manutenção do formato atual, tiveram 9,50% e 6,70%, respectivamente. Da conferência, foi redigido o documento entregue no dia 8 de setembro ao procurador-geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles, e à subprocuradora-geral de Gestão Estratégica, Carolina Vaz.

De acordo com Fernando Andrade Alves, os estudos produzidos são com-



Realizado em 27 de agosto no formato virtual, o evento Diálogos pelo Futuro contou com a participação do promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Gregório Assagra e do procurador de Justiça aposentado Hugo Nigro Mazzilli. Crédito: Robson Hermes/AMPRS

plexos, porque projetam, inclusive, os impactos futuros na Instituição. “Foram entregues à Administração Superior propostas maduras, uma vez que se preocupam com a transgeracionalidade e apresentam as alterações legislativas necessárias para a sua implementação”, sustenta. As propostas de reestruturação da carreira, segundo ele, foram baseadas em outras carreiras jurídicas e nos mol-

des dos estados em que houve tal modernização. “De 1982 até o momento, nosso estatuto passou por alterações pontuais para a atualização de pequenas questões. Estamos trazendo uma perspectiva bem mais profunda, que altera realmente a formatação da carreira do Ministério Público, pensando no futuro da Instituição e de seus membros, atuais e que ainda irão ingressar”, destaca.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

REGIONALIZAÇÃO E ATUAÇÃO NO SEGUNDO GRAU

O que propõe:

Regionalização das estruturas físicas e de pessoal no interior do Estado, a exemplo do que ocorre com o Ministério Público Federal e com a Procuradoria-Geral do Estado, a fim de que as atribuições de um determinado número de Promotorias de Justiça passem a ser desempenhadas a partir de uma unidade regional contando com a lotação de promotores de Justiça de todas as entrâncias, bem como de procuradores de Justiça.

Alteração legislativa:

É necessária a mudança da Lei N° 7.669/1982 (Artigos 21, § 2° c 23. §29), incluindo a revogação dos seus quadros anexos que distribuem os cargos entre as entrâncias e Procuradorias de Justiça homenageando a autonomia da Procuradoria-Geral de Justiça para gestão de seus quadros, mediante aprovação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

DESVINCULAÇÃO ENTRE ALGUMAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA EM RELAÇÃO ÀS ENTRÂNCIAS DAS COMARCAS RESPECTIVAS

O que propõe:

Desvinculação de algumas Promotorias de Justiça, com elevação de suas entrâncias, independentemente da alteração da entrância da Comarca respectiva, considerando o grande volume de atribuições extrajudiciais do Ministério Público. Não haveria quebra da paridade do modelo de entrâncias.

Alteração legislativa:

É necessária a alteração da Lei N° 7.669/1982 (Artigo 23, 2), incluindo a revogação dos seus quadros anexos (que distribuem os cargos entre as entrâncias e Procuradorias de Justiça, respectivamente), em homenagem à Autonomia Administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, que não mais dependeria de alteração legislativa para cada alteração de suas unidades internas. Alternativamente, a alteração legislativa poderia ser específica, nos quadros anexos à Lei N° 7.669/1982, com a alteração das entrâncias das Promotorias de Justiça selecionadas.

PROMOÇÃO INDEPENDENTEMENTE DA ALTERAÇÃO DA LOTACÃO

O que propõe:

Estabelecimento de carreira individual do Promotor de Justiça, independentemente da entrância da Promotoria de Justiça de lotação, a exemplo do que ocorre na Polícia Civil, Defensoria Pública e Procuradoria-Geral do Estado (possível após permanência por prazo determinado). Promoções ocorreriam a partir da abertura de vaga na entrância superior, independentemente do local de lotação do candidato à promoção.

Alteração legislativa:

É necessária a inclusão de um Artigo 26-C ou 31-A na Lei N° 6.536/1973, contemplando a opção de permanência na mesma Promotoria de Justiça, a exemplo do Artigo 59-A da Lei Complementar N° 11.742/2002 (carreira da PGE).

Dirceu Pinto: o legado do promotor que virou Comenda

Matéria especial resgata e homenageia o promotor que dá nome à principal honraria da AMP/RS e que foi, a sua época, exemplo de combatividade, coragem e senso de justiça

Desde 1996, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) entrega uma comenda para homenagear pessoas que tenham realizado atividades na carreira do Ministério Público, ou fora dela, voltadas ao desenvolvimento e à defesa da Instituição e de seus membros, ou ainda que tenham prestado auxílio às ações destinadas ao cumprimento dos deveres institucionais. O excerto acima é exibido na placa da honraria como justificativa para a sua criação. Ao lado do texto, está gravado o nome do homem que inspirou e deu vida à homenagem: Dirceu Pinto.

Promotor público a partir da década de 1970, Dirceu travou duras batalhas no exercício da sua carreira. Enfrentou casos ligados ao regime militar, à ausência de uma legislação que garantisse uma total independência do Ministério Público e, no âmbito associativo, participou ativamente das discussões da Constituinte, que posteriormente acabaram dando forma à Instituição como ela é atualmente. Mais do que isso, Dirceu, com seu exemplo, inspirou e segue inspirando promotores e procuradores que incansavelmente buscam a efetivação da justiça.

PRIMEIROS ANOS

Dirceu Pinto nasceu em Porto Alegre no dia 8 de abril de 1940. De família humilde, sempre foi muito dedicado aos estudos, e contava com o forte apoio dos pais para isso. cursou o primário e o ginásio no Colégio São João e, no segundo grau, passou a estudar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Após o ensino regular, pensou em prestar vestibular para Direito. Para evitar as provas de Latim, cogitou realizar a faculdade em Caxias do Sul, o que o fez buscar orientação com um casal amigo de seus pais, oriundo da cidade serrana, mas que já morava na Capital. O encontro o fez esquecer da ideia, mas serviu para conhecer Neuza Maria, filha do casal, então com 19 anos, que, logo depois, virou sua namorada.

Dirceu acabou prestando vestibular em Porto Alegre. Foi aprovado em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Optou pelo primeiro curso, que era o que ele realmente queria. Durante os seus estudos, iniciava-se um período de fechamento político, que seria intensificado em 1968. Apesar de evitar entrar em discussões políticas, Dirceu era muito politizado, com apurado senso de justiça, e conversava sobre muitas situações com Neuza. Em entrevista ao Memorial do Ministério Público, em 2002, Neuza contou que essas conversas lhe geravam muito receio: “Ele era uma pessoa com largueza de visão. Inclusive, no período de 1964,

quando ainda éramos namorados, eu tinha muito medo, porque sabia das ideias dele, da capacidade de justiça, aquela coisa toda. Isso me causava muita preocupação, até mesmo medo de que, de repente, ele fosse preso. Porque ele teve amigos que foram presos após a Revolução de 1964”.

Evitando os temas políticos, Dirceu seguiu estudando, ao passo que ia formando sua família. Durante a faculdade, trabalhou como bancário para custear seus estudos. Posteriormente, casou-se com Neuza, em 1967, mesmo ano em que se formou bacharel em Direito pela PUCRS – seis meses depois, ela engravidaria do único filho do casal, Dirceu Filho.

Nessa época, Dirceu já entendia que, como promotor, teria condições de exercer um papel relevante na sociedade, averiguando e indo a fundo nos processos. Entre junho e julho de 1969, por meio do curso Abdon de Mello de preparação ao ingresso no Ministério Público, promovido pela AMP/RS, além de se aproximar pela primeira vez da Associação – que tempos depois o veria participar ativamente de debates sobre questões da classe – reforçava o conhecimento para o concurso, do qual ele lograria êxito dois anos mais tarde.

INGRESSO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em setembro de 1971, aos 31 anos, Dirceu ingressou no Ministério Público. Duas semanas depois, foi nomeado em 1ª entrância para a comarca de Crissiumal. Na sua primeira experiência como promotor, partiu rumo ao Alto Uruguai, levando consigo a esposa e o filho, que tinha quase três anos na época. Na cidade, deparou-se com uma situação comum naquele tempo em cidades pequenas: pouca estrutura e muito trabalho.

“Ele começou ali, benquistado, exatamente pela cidade ser menor o promotor

era uma pessoa bastante conceituada, então nós fizemos sólidas amizades. De quando em quando, ainda tenho contato”, relembrou Neuza na entrevista ao Memorial.

Naquela época, o promotor atuava no interior sob condições mais precárias. Em relação à estrutura, o Judiciário geralmente reservava aos promotores algum espaço dentro dos fóruns – ou algum outro canto que estivesse sobrando no local. Assessoria e secretárias então, eram realidades inimagináveis.

“Quando eu assumi a promotoria de Justiça, me lembro que na sala da promotoria tinha uma mesa e uma cadeira de palha com um buraco no assento, meio velha. E não tinha mais nada. Eram condições de instalação muito precárias”, relembra o ex-procurador de Justiça e magistrado jubilado José Antônio Paganella Boschi, referindo-se à época em que assumiu a promotoria de Espumoso, em 1973.

Em relação a atribuições, o Ministério Público, naquela época, focava o seu trabalho na área criminal e nas áreas de curadoria cível e família. Ou seja, além de o promotor ter de atuar durante o transcorrer de um processo no Tribunal do Júri, cabia a ele atender diretamente a população, por exemplo, para registros públicos, como falências e concordatas, reclamações trabalhistas e homologações de contratos de trabalho. “Oito e meia já estava atendendo uma fila enorme de

pessoas. Muitas audiências, muitos júris, e não tinha ninguém para ajudar. A gente que abria a porta, chamava a pessoa, atendia, mandava embora, escrevia os textos”, relembra Boschi.

Após três anos em Crissiumal, Dirceu Pinto recebeu uma promoção por antiguidade para 2ª entrância, assumindo a comarca de Itaqui, onde permaneceu por pouco mais de um ano antes de receber nova promoção, por merecimento, para 3ª entrância, transferindo-se para a comarca de Passo Fundo em outubro de

1975. “O Dirceu era um grande colega. Era uma pessoa comunicativa e era um promotor dedicado. Uma pessoa de bem e um profissional de alta qualidade, que se dedicava ao trabalho ministerial com afinco, com vontade de produzir e de fazer as coisas corretamente”, destaca o ex-procurador geral de Justiça, Francisco de Assis Cardoso Luçardo.

Após três anos na região Norte e nova promoção por merecimento para a 4ª entrância, Dirceu, enfim, volta com a família a Porto Alegre, onde é designado

para a Coordenação de Promotorias junto às Varas Criminais, em 1978. No mesmo ano, ele também voltava à AMP/RS, dessa vez, integrando a diretoria, como assessor especial da Presidência, na primeira gestão do presidente Paulo Olímpio Gomes de Souza. “Ele chegou precedido de um excelente conceito de promotor de justiça. Atuando em Porto Alegre, se confirmou essa forma diligente, firme, de atuar nas promotorias em que desenvolveu sua atividade”, relembra o procurador jubilado.

SEQUESTRO DOS URUGUAIOS



Universindo Díaz e Lilián Celiberti, em foto da época, os uruguaios que foram sequestrados e mantidos em cativeiro em Porto Alegre em 1978 **Crédito:** Arquivo

Pouco tempo após assumir o cargo na Coordenação de Promotorias junto às Varas Criminais, Dirceu Pinto teve à frente o grande caso da sua carreira, com repercussão internacional, e que o perseguiria pelos anos seguintes. Apesar da abertura “lenta, gradual e segura” proposta pelo general Ernesto Geisel ainda em 1974, diversas operações clandestinas (que ficaram conhecidas sob o nome de Operação Condor) seguiam acontecendo na América do Sul – e no Brasil – com o objetivo de prender, torturar e matar opositores dos regimes autoritários no Cone Sul.

Em 17 de novembro de 1978, graças a um telefonema anônimo, os jornalistas Luiz Claudio Cunha e João Baptista Scalco bateram na porta do apartamento 101 na

Rua Botafogo, no bairro Menino Deus, e acabaram testemunhando o crime. Lá estavam os uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz. Perseguidos pela ditadura militar do Uruguai, o casal e os filhos de Lilián, de oito e três anos, estavam desaparecidos há uma semana. O casal foi encontrado no local, com militares do Uruguai e policiais civis do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

As crianças ficaram 13 dias detidas pela força da repressão e foram entregues vivas aos avós porque o caso ganhou repercussão internacional. Depois que o sequestro foi revelado, os adultos reaparecem no Uruguai, onde ficaram presos por diversos anos após a captura e tortura em território brasileiro.

Dirceu foi designado pelo MP para cuidar e acompanhar o caso. O trabalho inicial investigativo dos jornalistas indicava fortes indícios da ligação de policiais civis do DOPS, o que o fez levar adiante as denúncias contra o delegado, inspetores e policiais. Nas audiências, ele assumiu ferrenhamente a defesa de Lilián e Universindo.

Durante o caso, a postura corajosa e combativa de Dirceu, tentando imputar o crime a membros da polícia, o fez ganhar admiração, inclusive, de um dos advogados dos réus. Recém-formado, Cláudio Barros Silva advogava em um escritório com o pai, Zolá Emílio Silva, e com Oswaldo de Lia Pires e Célio de Lia Pires, responsáveis pela defesa dos réus. Tendo acompanhado toda a investigação,

Cláudio se surpreendeu com o trabalho técnico e a seriedade com que o Ministério Público enfrentou o problema.

“Naquela época, nós estávamos no regime revolucionário, e havia uma dificuldade democrática muito grande. Do lado do Ministério Público havia o enfrentamento do Estado, este praticando, eventualmente, ilícitos, violações dos direitos humanos e da lei. Para mim, Dirceu Pinto foi um promotor diferenciado, que enfrentou uma luta difícil, praticamente inglória”, relembra o atual vice-presidente de Jubilados da AMP/RS.

E o trabalho, de fato, era inglório. Diversas situações ao longo das investigações promovidas por Dirceu pareciam tentar deixar a situação mais nebulosa. Um dos exemplos foi a de um bilhete, supostamente escrito por Lilián, em que ela teria avisado que sairia do apartamento em viagem, o que desconfiguraria o sequestro. Os peritos da Polícia Civil e da Polícia Federal atestaram que o bilhete era de Lilián, mas Dirceu não se convenceu do resultado. Solicitou novo laudo, dessa vez feito por um especialista da Justiça do Trabalho.

PRESSÃO E AMEAÇAS

Na entrevista ao Memorial do MP, Neuza conta que Dirceu, ao aceitar o caso, foi recebido pelo governador da época, Synval Guazelli, que deu carta branca para que o promotor “exercesse seu livre-arbítrio em todos os sentidos”. Portanto, em um primeiro momento, a esposa do promotor não sentia qualquer apreensão. Porém, a situação foi ficando tensa com o decorrer do processo.

Dirceu passou a receber ameaças pelo telefone e pessoalmente. Membros da polícia diziam que o seu fim estava próximo. Preocupado com a segurança da família, ele passou a buscar e levar Dirceu Filho na escola. Certa vez, o casal voltava para a sua casa no bairro Santa Fé, na zona Norte da Capital, quando se deparou com um carro parado em frente à casa, com três mulheres e dois homens no interior do veículo. “Aquilo me assustou e acho que ele ficou apreensivo. Nós entramos, as pessoas riam muito dentro do carro, como se fosse uma espécie de deboche”, recordou Neuza em entrevista ao Memorial. A esposa de Dirceu passou a ficar preocupada a cada vez que saía na rua. “Ficava apreensiva por irem carros atrás de mim, mas, graças a Deus, nunca aconteceu nada, era como se fosse um aviso: ó, cuida que a gente tá por aqui, que a gente sabe o que faz”, completou.

Apesar de zelar pela independência funcional e não ter o hábito de comentar sobre seus casos com os demais colegas, Dirceu externava sua preocupação com a segurança pessoal e de sua família, mesmo que de forma velada. “Aquele caso incomodou e afligiu muito ele, eu posso testemunhar”, recorda José Antônio

Nos autos, uma fotocópia do documento foi anexada. O juiz, então, requisitou os originais à Polícia Federal, que, por sua vez, alegou que não os tinha. Posteriormente, foi comprovada a fraude do material.

Pouco tempo depois, Dirceu seria afastado do cargo de Coordenador das Promotorias Criminais. O advogado da OAB-RS na época, Omar Ferri, afirma em seu livro “Sequestro no Cone Sul, o Caso Lilian e Universindo” que, provavelmente, o afastamento ocorrera pela atuação combativa do promotor também em outros casos delicados, que comprometiam “figurões policiais”. Na obra de Ferri, ele relembra a afirmação do senador Pedro Simon, em entrevista coletiva à época: “Isto é muito grave, parece que este promotor está sendo punido por cumprir o seu dever. Ele estava investigando a polícia e descobrindo os responsáveis pelo sequestro. Talvez por isto esteja sendo punido”. Apesar de não haver uma interferência direta na atividade do Ministério Público, a situação causava constrangimentos. Mais do que isso: para Dirceu, sua postura no caso rendeu diversas ameaças.

Paganella Boschi. A dedicação ao caso e a busca incansável pela justiça, mesmo sob as ameaças de morte, despertava um forte sentimento de solidariedade dos colegas promotores, assim como da própria Instituição. “Ele sempre foi um promotor aguerrido. E nesse caso não foi diferente. Ele realmente aprofundou as investigações. E se chegou à conclusão de que aqueles agentes apontados por ele eram realmente autores, pelo menos no âmbito da Instituição ficou claro, de certa forma, que ele estava apontando na direção correta”, conta Francisco Luçardo.

A solidariedade e o respeito pela sua conduta como promotor se estendiam até mesmo para quem, nos tribunais, precisava ir de encontro às convicções de Dirceu naquele caso. “Ele foi um colega que enfrentou o sistema, que protegia os agentes do Estado. As violações dos direitos humanos existiam e ele foi um promotor que deu seguimento às investigações contra os policiais com total independência, com autonomia, com altivez, sem assombro, dignificando o papel do Ministério Público como defensor da sociedade”, analisa Cláudio Barros Silva.

Na época trabalhando como jornalista, Cláudio Brito, que posteriormente se tornaria promotor e amigo de Dirceu, lembra da postura do colega e amigo nas audiências. “Foi um promotor atuante sim, brilhante sim, marcadamente um promotor na área criminal. Era aquele momento que se vivia aqueles pavores todos. E do pessoal do DOPS ele não teve receio nenhum. Ele enfrentou. Ele chegava nas audiências do processo e botava na mesa. Eu o tinha como ídolo”, revela Brito.



João Ricardo Santos Tavares, presidente da AMP/RS
Crédito: Tânia Meinerz/Divulgação

Ranolfo Vieira Júnior, governador em exercício
Crédito: Tânia Meinerz/Divulgação



Sara Duarte Schütz, procuradora de Justiça homenageada com a Comenda Dirceu Pinto
Crédito: Tânia Meinerz/Divulgação



Marcelo Lemos Dornelles, procurador-geral de Justiça
Crédito: Tânia Meinerz/Divulgação

Um coquetel com a presença de autoridades, convidados e homenageados marcou a celebração do aniversário de 80 anos da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), na noite de 8 de outubro, na sede campestre da entidade. A solenidade começou com a entrega da Comenda Dirceu Pinto à promotora de Justiça e presidente da AMP/RS na gestão 2018-2020, Martha Beltrame; ao diretor do Departamento do Memorial, Paulo Natalicio Weschenfelder; à primeira mulher eleita para um cargo diretivo

na AMP/RS, na gestão 1994-1996, Sara Duarte Schütz; e ao deputado emérito da Assembleia Legislativa do Estado Sérgio Ilha Moreira. O presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, também foi condecorado, mas recebeu a homenagem no dia 30 de setembro, durante a sua passagem por Gramado, onde participou do evento “O Ministério Público de Uma Nova Era: Reflexões e Projeções”.

Após a entrega da Comenda Dirceu Pinto, o presidente da Associação, João Ricardo Santos Tavares, fez o uso da palavra. “É uma alegria muito grande

receber todos aqui nesta Associação, porque ‘associação’ representa união. E esta união nunca foi tão importante como está sendo agora, já que estamos vivendo um dos momentos mais graves da nossa história e devemos estar unidos para enfrentá-lo juntos”, destacou o presidente. O cerimonial ainda contou com pronunciamentos da procuradora de Justiça Sara Duarte Schütz, que falou em nome dos homenageados; do procurador-geral de Justiça do Estado, Marcelo Lemos Dornelles; e do governador em exercício, Ranolfo Vieira Júnior.



Tenho muito respeito e admiração pelo trabalho dos promotores e procuradores de Justiça que atuam no nosso Estado. Além da excelência na fiscalização da Lei, o Ministério Público tem ganho ainda mais relevância pela sua atuação independente, ao colaborar para a construção de políticas públicas em prol da sociedade. O Rio Grande do Sul tem muito orgulho do trabalho dos seus promotores e procuradores, e por isso é tão importante o papel que a Associação do Ministério Público exerce. Meus parabéns à AMP e a todos que fazem do Ministério Público uma instituição tão respeitada no Rio Grande do Sul e no Brasil.

EDUARDO LEITE
GOVERNADOR DO ESTADO



A trajetória da Associação do Ministério Público representa um importante legado para a democracia no RS. Parabenizo esta entidade pioneira, que completa 80 anos, pela sua dedicação ao povo gaúcho.

GABRIEL SOUZA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL



Cumprimentos à Direção da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, aos seus associados e servidores, entidade que teve a honra de presidir, pelos seus 80 anos de significativas conquistas, razão por que essa data merece uma celebração especial.

VOLTAIRE DE LIMA MORAES
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS E PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL



Parabéns à Associação do Ministério Público, entidade que, ao longo de sua história, foi definitiva não só na defesa das nossas prerrogativas e conquistas, mas também para a união da classe e bom relacionamento entre instituições.

MARCELO LEMOS DORNELLES
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



São 80 anos de história, 80 anos de construção e congregação entre os membros do Ministério Público gaúcho. É uma data que devemos comemorar efusivamente e, principalmente, com orgulho! A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul é pioneira no desenvolvimento do Ministério Público brasileiro e na defesa da sociedade.

MANOEL MURRIETA
PRESIDENTE DA CONAMP



Abraco de Euzébio Vieira a colegas e a amigos. Saúde e Paz para todos.

EUZÉBIO CARDOSO DA ROCHA VIEIRA
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



"A Associação do Ministério Público é vital para o sucesso da nossa Instituição. Espaço democrático de debates, de postulações remuneratórias, e, principalmente, de defesa das garantias constitucionais de seus membros e da própria carreira.

ANGELA SALTON ROTUNNO
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS DA GESTÃO 2000-2002



Nesta caminhada de 80 anos de existência, a Associação acompanhou diversos momentos históricos do Rio Grande do Sul e do Brasil e sempre esteve ao lado de seus membros para a defesa dos interesses mais relevantes da classe.

CAROLINE VAZ
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E VICE-PRESIDENTE SOCIAL DA GESTÃO 2012-2014



Há 32 anos no Ministério Público de Goiás e desde sempre na atividade classista, acompanho de muito perto os marcantes feitos da AMP/RS, liderada por valorosos e valorosas, homens e mulheres. Parabéns pelos 80 anos de grandes serviços prestados ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e ao Ministério Público brasileiro.

IVANA FARINA
CONSELHEIRA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)



Temos em comum a atuação em prol dos interesses de nossos(as) associados(as) ao longo de décadas. No ano em que a AMP/RS comemora 80 anos, parabenizamos a entidade pelo exercício ético de seus compromissos, trazendo benefícios para toda a sociedade!

CARLOS HENRIQUE KAIPPER
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO RS (APERGS)



Em nome das Defensoras e Defensores Públicos, parabenizamos a Associação do Ministério Público pelos 80 anos de atuação na construção, manutenção e aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

MÁRIO RHEINGANTZ
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (ADPERGS)



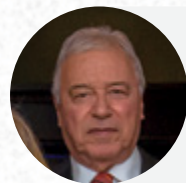
Parabenizamos a Associação do Ministério Público pelos seus 80 anos de existência. Uma trajetória escrita com brilhantismo, dedicação, seriedade e extrema competência.

MARCOS PAULO BECK
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DA BRIGADA MILITAR (ASOFBM)



A nossa Associação sempre representou, com altivez e independência, todas as nossas aspirações e, por isso, é merecedora da nossa gratidão.

AUGUSTO BORGES BERTHIER
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Ao ensejo dos 80 anos da nossa Associação, que presidi nas comemorações de seu 40º aniversário, deixo o meu testemunho de que, indubitavelmente, foi uma das grandes corresponsáveis pelas conquistas do Ministério Público brasileiro.

PAULO OLÍMPIO GOMES DE SOUZA
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Parabéns à AMPRS pelos seus 80 anos de fecunda história de vida associativa, sempre orientada pela conciliação entre os deveres de defesa dos interesses dos associados e de defesa dos interesses do MP e da sociedade.

JOSÉ ANTONIO PAGANELLA BOSCHI
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Parabéns a nossa Associação do MP pelos seus 80 anos. Nessa jornada, ela cumpre com os propósitos de sua criação, não só no sentido da defesa dos interesses de seus associados, mas também como parceira incondicional do MP no aperfeiçoamento da legislação em defesa do regime democrático e da sociedade. Vida longa à AMP/RS!

PAULO EMILIO J. BARBOSA
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



A Associação do Ministério Público acompanhou passo a passo a história do Rio Grande e do Brasil. Parabéns pelos 80 anos!

PAULO RICARDO TONET CAMARGO
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



A radiografia histórica na nossa Associação identifica 80 anos de muitas lutas, preocupações, avanços e conquistas, em razão da altivez, dedicação, independência e espírito democrático dos nossos associados. Cada colega, a seu modo, é protagonista do nosso sucesso. Parabéns!

CLÁUDIO BARROS SILVA
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



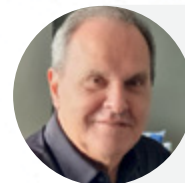
A AMP/RS está comemorando 80 anos como elo de união dos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul. A AMP/RS é o resultado da união e do trabalho de associados e dirigentes que ao longo deste tempo construíram sua história e sua pungência.

DELMAR PACHECO DA LUZ
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Parabéns para a Associação pelos primeiros 80 anos de profícua atuação. Continue defendendo o Ministério Público!

IVORY COELHO NETO
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Nos seus 80 anos de existência, a história de nossa Associação confunde-se com a história de construção, desenvolvimento e aprimoramento institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Vida longa a nossa Associação! Parabéns ao Presidente e aos colegas que tão bem exercem a missão de defesa da nossa classe, bem assim a tarefa de congregar e acolher os associados e seus familiares!

MIGUEL BANDEIRA PEREIRA
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Quero expressar minha eterna gratidão a todos que, superando adversidades de toda a ordem, edificaram os valores que sempre nortearam o Ministério Público gaúcho e brasileiro.

VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Parabéns para a Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul! 80 anos! Muitos podem chegar a esta marca. Poucos com esta história de excelência e lutas históricas.

SÉRGIO HIANE HARRIS
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



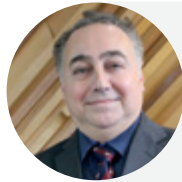
A história da AMP/RS se constrói junto com a do MP, esta Instituição que tem como missão defender a democracia, a sociedade e a ordem jurídica. A Associação é um elo entre os membros do MP, sempre prezando pela defesa de sua independência, prerrogativas e garantias para o pleno exercício de suas atribuições.

MARTHA BELTRAME
EX-PRESIDENTE DA AMP/RS



Tive a honra de integrar a Diretoria da nossa Associação, na gestão do Presidente Carlos Otaviano Brenner de Moraes, organizando, juntamente com a colega Berenice Feijó de Oliveira, eventos sociais e inúmeras confraternizações! Cumprimentos à AMPRS pelo aniversário!

EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO
SUBCORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Nessa data tão especial em que Associação do Ministério Público completa 80 anos de história, queremos transmitir todo o nosso respeito e agradecimento por tudo o que ela representou e representa para a sociedade gaúcha, sendo uma importante voz para as demandas sociais e para a administração pública. Parabéns, AMP/RS!

MARCELO RAMOS DE MELLO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO RS (AFISVEC) E PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS CARREIRAS DE ESTADO (FACE-RS)



A Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul cumprimenta todos os Procuradores e Promotores de Justiça deste Estado pelos 80 anos da Associação do Ministério Público, sempre promovendo a valorização e a defesa desta carreira tão essencial à Justiça.

FERNANDO SOARES

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO RIO GRANDE DO SUL



É com alegria que a Associação dos Juizes do RS abraça a Associação do Ministério Público do RS pelos seus 80 anos. Nos une o propósito de servirmos nossos associados e a sociedade gaúcha. Parabéns, colegas da AMP.

ORLANDO FACCINI NETO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL (AJURIS)



A Fundação Escola Superior do Ministério Público parabeniza a Associação pelas oito décadas de fundação. A FMP nutre absoluta admiração e respeito pela Entidade que a instituiu, por sua trajetória de contribuições e conquistas para o fortalecimento do MP e para a solidificação do Estado Democrático de Direito.

FÁBIO ROQUE SBARDELLOTTO

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (FMP)



A nossa associação de classe historicamente se legitima por ser a porta-voz das nossas demandas e interesses comuns. Uma trajetória exitosa em defesa do fortalecimento do Ministério Público! Honrou-me a experiência no exercido da vice-presidência Administrativa! Parabéns à AMP/RS pelos 80 anos! Orgulho!

SIMONE MARIANO DA ROCHA

EX-PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA



Parabéns à Associação do Ministério Público que está a completar 80 anos. Sempre dignificada por seus líderes e grande parceira de lutas de afirmação institucional. Na pessoa do estimado presidente, João Ricardo, e seus colegas de Diretoria, meu fraterno abraço e agradecimento.

JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD

EX-SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Em abril de 1980, o juiz de direito Moacir Danilo Rodrigues proferiu a sentença acolhendo, em parte, a pretensão do Ministério Público, quanto ao envolvimento de policiais brasileiros no sequestro de cidadãos uruguaios. Apesar de considerar a prisão, o crime de sequestro não foi tipificado, e

a condenação ficou por conta de abuso de poder e autoridade dos policiais gaúchos do DOPS. Dos quatro réus, somente dois foram condenados. O delegado e o inspetor envolvidos foram absolvidos por falta de provas. A Justiça não aceitou a reabertura do processo solicitada pelo promotor Dirceu Pinto.

PROMOÇÃO A PROCURADOR



Materia do Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, informando a promoção de Dirceu Pinto ao cargo de procurador de Justiça, em 1986

Desde o caso do sequestro dos uruguaios, Dirceu Pinto passou a ter dificuldades para alcançar promoções. Na época, a Instituição ainda não tinha a independência atual, e o cargo de procurador-geral de Justiça era de confiança do governador, assim como as promoções por merecimento também dependiam do governo do Estado. Isso mudaria somente a partir de 1982, após a Lei Complementar nº 40 de dezembro 1981, que estabeleceu normas gerais a serem adotadas na Organização do Ministério Público estadual – que, posteriormente, basearia o capítulo do Ministério Público na Constituição de 1988.

“Não tinha eleição de lista tríplice. Então, os governos sucessivos identificados com o regime militar tinham sim

como influenciar no sentido de trancar a carreira. Aparecia lá o nome do Dirceu em uma lista tríplice para juiz de alçada, nunca faltava alguém que chegasse na mesa do governador e dissesse, ‘olha esse aí, é aquele que está junto com os uruguaios, contra o DOPS, então tira ele daí’. Foi bem assim que funcionou”, acredita Cláudio Brito.

A impressão da imprensa, de parte dos colegas – e do próprio Dirceu – era de que sua atuação no caso dos uruguaios teria influenciado na demora para a promoção a procurador de Justiça. “A gente acredita que sim, ele parece que tinha certeza de que isso realmente tinha interferido na carreira dele. Nesse aspecto de promoção, de evolução na carreira, ele comentava que era em função das pressões oriundas e decorrentes desse caso”, recorda Francisco Luçardo.

Dirceu seria promovido a procurador de Justiça em novembro de 1986, quando Paulo Olímpio Gomes de Souza assumiu a procuradoria-geral de Justiça, após passar três anos exercendo funções fora do Ministério Público, na Superintendência do Serviço Penitenciário. “Quando eu cheguei na cúpula da Instituição, presidi o conselho, e era o conselho que formava as listas tríplexes, não houve nenhuma coisa desse tipo, pelo contrário, eu testemunhei sempre pelo merecimento e mérito do Dirceu, tanto que eu encaminhei a lista e ele foi promovido. Mas não me lembro se isso tenha me movido por algum sentimento de ressarcimento. Mas que foi pelo merecimento, isso indubitavelmente”, afirma Paulo Olímpio.

VIDA ASSOCIATIVA

Desde que retornou a Porto Alegre, Dirceu participou ativamente do dia a dia da Associação do Ministério Público. Após ser assessor especial da Presidência no primeiro mandato de Paulo Olímpio, de 1978 a 1980, atuou como diretor do Departamento Cultural, contribuindo na organização do lançamento de diversas obras literárias, além de eventos de divulgação do Ministério Público no meio universitário. “Convoquei-o para participar da minha diretoria neste período e foi um excelente colaborador, participava das reuniões de Núcleo. E, nesse período, convivemos

muito socialmente, na Associação, na Sede Campestre, nos eventos e reuniões sociais, e na sede, que era na Borges de Medeiros”, recorda Paulo Olímpio Gomes de Souza.

Após o segundo mandato de Paulo Olímpio, Dirceu seguiu na diretoria da Associação, atuando como diretor do Departamento de Ensino, entre 1982 e 1984, no primeiro mandato de Luiz Alberto Rocha. Nessa época, ajudou a criar a Fundação da Escola Superior do Ministério Público (FMP), em 1983, onde também ministrou aulas em seus primórdios. Dirceu seguiria no segundo mandato de Luiz Alberto,

atuando como assessor especial da Presidência, entre 1984 e 1986.

Pelas situações enfrentadas durante sua carreira, Dirceu Pinto defendia fortemente a independência e autonomia do Ministério Público. E a partir da Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, a AMP/RS passou a se movimentar para a construção de um capítulo na Constituição que desse à Instituição as garantias e prerrogativas necessárias para um exercício pleno de defesa dos interesses da sociedade.

Extremamente engajado no âmbito associativo, chegou a organizar reuniões em sua própria casa, na época da eleição para a AMP/RS. “Houve uma época em que um grupo muito grande se reunia ali, debatiam, discutiam, faziam o interior, como se fosse uma campanha política de verdade. Todos gostavam, eram interessados e conscientes”, destacou Neuza Maria Pinto, na entrevista ao Memorial do MP.



Jornal Rápida de dezembro de 1981 registrou as atividades desenvolvidas por Dirceu Pinto junto ao Departamento Cultural da AMP/RS

A partir de 1986, Dirceu foi eleito vice-presidente administrativo na gestão de José Antônio Paganella Boschi. Neste período, grupos de estudos foram formados para dar corpo à Constituição. “Isso foi trabalhado nos grupos de estudo aqui no Estado e depois

trabalhado em nível nacional com colegas de outros estados, através das associações. O dr. Dirceu teve uma participação marcante nesses grupos de estudo, na elaboração dessas proposta”, destaca Francisco de Assis Cardoso Luçardo.

Este grupo de trabalho permanente na Associação formou uma comissão nacional de promotores junto com membros de outros estados brasileiros. Estes grupos se reuniam em Brasília para apresentar e alinhar o texto com deputados e senadores. “O Dirceu era uma pessoa que contribuía de maneira bastante significativa com sugestões, mas também apoiava e criticava quando tinha que criticar. Sem dúvida nenhuma ele foi muito presente e muito importante neste momento. Chegou até a me acompanhar em viagens a Brasília”, ressalta José Antônio Paganella Boschi.

com Boschi e Cláudio Brito, em viagem pelo interior, em atividades da Associação. Dirceu não disse nada que, por exemplo, fizesse os colegas entenderem que ele estava em um momento de depressão ou dificuldade. A ocasião foi relatada em um texto publicado na coluna do Ministério Público, assinada por Brito no Correio do Povo, intitulado “Dirceu, o que não disseste?”. “Conversamos sobre tudo, contaste tudo, alguma coisa tu deixaste pra trás, porque poucos dias depois tu nos surpreendes com essa ideia do suicídio. Dirceu foi um homem tão decisivo, tão positivo, tão claramente liberto e aberto as suas posições, que até sair da vida foi ele que deliberou”, reflete Cláudio Brito. “Sabemos que o ser humano além

da sua fortaleza, também, tem suas fraquezas. E talvez a vida o tenha pego em um momento de fraqueza e, quem sabe, com

A COMENDA E O LEGADO

Cláudio Barros Silva e Cláudio Brito ingressaram no Ministério Público em 1982, influenciados pela figura de Dirceu Pinto. Mais de uma década depois, ambos participavam da gestão da Associação, presidida por Barros Silva entre 1994 e 1996, quando tiveram a ideia de criar uma homenagem aos integrantes do Ministério Público por meio da valorização da trajetória de Dirceu Pinto. Instituída e entregue desde 1996, a Comenda Dirceu Pinto retrata o exemplo de independência, desassombro, coragem e perseverança na busca da verdade e da justiça no Ministério Público. “A homenagem é muito simbólica pela importância dele e pelo nível do trabalho durante o período em que ele serviu à Instituição”, destaca Francisco Luçardo, um dos homenageados na primeira entrega da comenda durante o Congresso Estadual do Ministério Público, em Canela. Para Neuza, também homenageada na entrega da primeira comenda, a dedicação do seu marido à Instituição o levou ao merecido reconhecimento. “Dirceu foi uma pessoa muito benquista, não só no trabalho, mas no círculo de amizades. O Dirceu se empenhou sempre e deu – usando o termo exato – o sangue pelo Ministério Público. Porque tudo aquilo que ele fez, foi feito com carinho, com amor”, relata.

alguma carência, e isso fez com que ele cometesse esse gesto”, avaliou a esposa em entrevista ao Memorial.

A Comenda Dirceu Pinto, para Cláudio Brito, serve como advertência, no sentido de não se permitir a minoridade e diminuição de prerrogativas do Ministério Público. “São conquistas da sociedade. A sociedade precisa ter sim uma instituição com independência funcional, com administração sua, com todas as prerrogativas conquistadas em 1988”, destaca Brito.

A história de Dirceu Pinto fortaleceu a Instituição e ensinou que, mesmo quando a violência parte do estado, cabe ao próprio Estado reparar o dano – papel este empunhado pelos promotores e procuradores de Justiça. “Nós, que vivenciamos um período de fechamento de regime e de escuridão democrática, estamos muito próximos ou com a possibilidade de termos isso na frente. Então, quem experimentou lá atrás as dificuldades democráticas sabe o quanto é importante a democracia, o respeito às pessoas, o respeito à Constituição e às leis”, destaca Cláudio Barros Silva.

Se hoje os papéis e atribuições de acusador, defensor e julgador estão bem definidos e estabelecidos em lei, Dirceu Pinto tem grande influência nisso. Ainda que a autonomia do Ministério Público e das instituições democráticas sejam colocadas sob suspeição, é preciso lembrar do exemplo de Dirceu que, mesmo sofrendo ataques, jamais desistiu da justiça.

FALECIMENTO



A Comenda Dirceu Pinto foi entregue pela primeira vez no IV Congresso Estadual do Ministério Público, realizado em 1996

No final da tarde de uma terça-feira, em 14 de abril de 1987, Dirceu deixou a Associação do Ministério Público acompanhado de José Boschi. Caminharam juntos até a rua Otávio Rocha, onde cada um pegaria sua lotação. Enquanto Boschi tomou o transporte para o bairro Auxiliadora, Dirceu seguiu para a sua casa, no Jardim Lindóia. Horas depois, Boschi receberia um telefonema de Neuza, informando que Dirceu cometera suicídio. “Foi um momento muito significativo e marcante na minha vida. Porque no dia em que ele morreu, eu acho que eu devo ter sido a última pessoa com quem ele falou do Ministério Público”, lamenta-se José Boschi.

Pouco dias antes, Dirceu havia estado

HOMENAGEADOS COM A COMENDA DIRCEU PINTO

1996
Francisco de Assis Cardoso Luçardo
Francisco Pires de Bem
Luiz Antônio de Paoli Azevedo
Marco Aurélio Costa Moreira de Oliveira
Milton Riquelme de Macedo
Neuza Maria Pinto (esposa de Dirceu Pinto)
Paulo Pinto de Carvalho

1997
Adroaldo Furtado Fabricio
Aristides Junqueira Alvarenga
Jarbas de Melo e Lima
José Pedro Machado Keunecke

1998
Achiles de Jesus Siquara Filho
Cláudio Baldino Maciel
José Eduardo Gonçalves
Mondercil Paulo de Moraes
Paulo Emilio J. Barbosa
Trajano Porto Cardoso

2000
Cezar Antônio Rigoni
Lauro Pereira Guimarães
Paulo Olímpio Gomes de Souza
Perci Luiz de Oliveira Brito

2002
José Néri da Silveira
Luiz Felipe Lenz
Marfan Martins Vieira
Sérgio Gilberto Porto

2005
Cláudio Barros Silva
Cláudio José Silveira Brito
Eduardo Antônio Lucho Ferrão
Jacqueline Fagundes Rosenfeld
José Antônio Paganella Boschi
José Augusto Amaral de Souza
Marcelo Roberto Ribeiro
Ruy Luiz Burin

2006
Augusto Borges Berthier
Carlos Eduardo Vieira da Cunha
Delmar Pacheco da Luz
Ibsen Valls Pinheiro
Jair Soares
Luiz Carlos Ziolkowski
Voltaire de Lima Moraes

2008
Adalberto de Souza Pasqualotto
Isabel Dias Almeida
Ivory Coelho Neto
Luiz Fernando Oderich

2010
Francisco José T. Cembranelli
José Carlos Cosenzo
Roberto Bandeira Pereira
Roberto Monteiro Gurgel Santos

2012
Ana Amélia Lemos
Mauro Henrique Renner
Miguel Bandeira Pereira
Paulo R. Tonet Camargo

2014
Antonio Carlos Paiva Hornung
Jorge Pozzobom
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti
Ronaldo Nogueira de Oliveira
Vercile Lino Serena

2016
Carlos Otaviano Brenner de Moraes
Eduardo de Lima Veiga
Marcelo Lemos Dornelles
Simone Mariano da Rocha
Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto

2018
Agenor Casaril
Claudio Bonatto
Gilmar Possa Maroneze
Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco

2021
Martha Silva Beltrame
Sara Duarte Schütz
Manoel Victor Sereni Murrieta
Sérgio Ilha Moreira
Paulo Natalicio Weschenfelder

Marcelo Dornelles, procurador-geral de Justiça do RS para a gestão 2021-2023. **Crédito:** Arquivo pessoal/Marcelo Dornelles

"O momento exige experiência, pulso firme e muita capacidade de diálogo", afirma o procurador-geral de Justiça do RS

Marcelo Lemos Dornelles tomou posse, no dia 7 de junho, para o segundo mandato como procurador-geral de Justiça do Estado. Membro do MPRS desde 1996, Dornelles foi promotor nas comarcas de Tupanciretã, Cruz Alta e no Tribunal do Júri de Canoas. Na Capital, atuou no Foro Regional da Restinga, nas promotorias de Direitos Humanos, da Infância e Juventude e no Plantão. Foi secretário-geral do CONAMP e subprocurador-geral para Assuntos Institucionais, tendo exercido, também, a presidência da Associação do Ministério Público de 2008 a 2011. Em 2015, foi o primeiro promotor eleito procurador-geral de Justiça, permanecendo no cargo até 2017. Nesta entrevista à Revista Réplica, Dornelles elenca as realizações dos primeiros meses da gestão 2021-2023 e discorre sobre o papel do Ministério Público diante de questões atuais.

Dentre os objetivos da sua gestão, o que já foi possível implementar nos primeiros meses?

Imediatamente após nossa posse, concluídos alguns trâmites necessários, desenhamos uma estratégia com prioridades e possibilidades de entregas a curto, médio e longo prazo. Nos 100 dias de gestão, reunimos a Administração Superior para compartilhar os projetos e trabalhos já em desenvolvimento e as entregas realizadas até então. Destaco aqui, o ato de implementação do auxílio saúde para membros e servidores; as alterações no regime de exceção para compartilhamento do trabalho a ser realizado e da remuneração prevista; as modificações no sistema de plantão, com folga semanal; a disponibilidade de vagas para estágios de pós-graduação; e a criação do Grupo Especial de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Também demos continuidade às discussões sobre a movimentação na carreira, incluindo o tema na pauta do Conselho de Gestão

Compartilhada e agregando demandas enviadas pela AMP/RS. Após esta fase de debates, iremos submeter a matéria ao Órgão Especial para construção de um projeto concreto que contemple o maior número possível das proposta recolhidas.

Quais serão as principais contribuições do MPRS em um momento tão difícil como a pandemia e suas consequências?

O Ministério Público teve um papel importante para a solução de impasses e enfrentamento dos impactos da pandemia no RS, especialmente em períodos de agravamento da crise sanitária. Em vários momentos, o MP atuou como grande ponto de equilíbrio nas tensões entre governo do Estado e municípios, entre setor produtivo e setor da saúde, na educação, na questão sindical, proteção dos professores e dos estudantes. Necessário destacar que, essa forma de atuação, que prioriza a mediação, o diálogo e a prevenção, é fruto de um movimento

que começamos no MPRS há muito tempo. Ainda em minha primeira gestão como procurador-geral de Justiça, ou até antes disso, defendíamos junto aos colegas que o Ministério Público precisava ser parte da solução, principalmente nos temas de grande impacto, atuando preventivamente, com unidade interna e parceria com os demais agentes públicos. E foi exatamente assim que agimos na pandemia, desde o princípio, com significativos resultados e nenhum prejuízo as nossas funções e prerrogativas.

A segurança pública continua sendo uma das principais preocupações do brasileiro. Desde a situação prisional, com a constante superlotação e facções comandadas de dentro dos presídios, passando pelo preocupante projeto de lei do CPP que tramita no Congresso Nacional. Como o senhor vê estas situações?

Quando assumi pela primeira vez o cargo de procurador-geral de Justiça, em 2015, tínhamos uma situação concreta no RS: o elevado e crescente agravamento na criminalidade. Os dados nos mostravam isso. Hoje, mesmo ainda muito distantes do cenário ideal, temos outra realidade, inclusive com redução em índices que medem a criminalidade e a violência no Estado. O Ministério Público teve significativa contribuição nisso, atuando em parceria com as forças de segurança, fator que considero fundamental, especialmente para enfrentamento do crime organizado. Destaco as operações de transferência de lideranças de organizações criminosas para penitenciárias federais como medidas de forte impacto, realizadas conjuntamente pelos órgãos de segurança e Ministério Público, grande articulador desta iniciativa. Também é preciso ressaltar, a criação da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Criminosa, que passou a atuar, em parceria com a Polícia Civil, na investigação das facções, suas ações e estrutura de comando, visando à descapitalização destas quadrilhas. E, ainda, na mesma direção, a ampliação dos Gaecos – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – hoje compostos por oito Núcleos Regionais e três especializados, abrangendo a totalidade das comarcas e municípios do Estado. Com relação ao sistema penitenciário podemos ressaltar o Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp) como uma iniciativa conjunta do poder público que certamente trará avanços, porque concentra em um só local todos os órgãos com atuação em flagrantes, agilizando e qualificando os procedimentos necessários. Todo o investimento no sistema penitenciário tem importantes reflexos na segurança pública e, por isso, contará

sempre com o apoio do MPRS. Por fim, sobre a reforma do Código de Processo Penal, reafirmo o que já disse em várias ocasiões: não é a primeira, nem será a última tentativa de criar embaraços à investigação criminal pelo MP, algo que só interessa a uma parcela da sociedade, incomodada com nossa atuação de fiscalização, combate à corrupção e ao crime organizado. E para enfrentar esta e outras iniciativas que buscam enfraquecer o Ministério Público, precisamos de constante vigilância e uma presença ativa no Congresso Nacional, tarefas que as lideranças do Ministério Público gaúcho e da AMPRS vêm realizando com significativo destaque e o reconhecimento dos demais representantes classistas e dos MPs.

Na sua opinião, o MP pode contribuir para desafogar o judiciário e diminuir a judicialização dos problemas?

Com certeza. E estamos fazendo isso há algum tempo. Métodos tradicionais de solução de conflitos, pautados pela visão adversarial e preocupação com as formas, precisam e já estão sendo atualizados, contribuindo, entre outras medidas, para redução da judicialização. No MPRS, estamos avançando com uma estratégia institucional que já apresenta resultados, alicerçada na ideia de um MP mais resolutivo, com atuação no coletivo, postura menos demandante e mais focada na resolução de conflitos. Apostamos muito nos métodos de autocomposição, como mediação, conciliação e negociação, em 1º e 2º graus. Em 2016, criamos o Mediar-MP – Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, que tem hoje importante papel na resolução extrajudicial dos conflitos e foi, inclusive, um grande instrumento da instituição para enfrentar problemas complexos durante a pandemia. A experiência tem demonstrado a relevância social desta forma de atuação, que traz soluções efetivas em situações de elevada complexidade, sem a necessidade de judicialização. Também é importante sublinhar os avanços na desburocratização e para efetividade nos resultados obtidos a partir de alterações em nossa atuação como órgão interveniente no processo civil, na otimização da intervenção do MP na área da saúde e em procedimentos extrajudiciais em matéria ambiental. Todos oriundos de amplo processo de revisão da nossa estratégia, iniciado no final de 2015, com participação de toda classe na definição de medidas e prioridades para o MP, muitas materializadas em provimentos e recomendações e sedimentadas nos anos seguintes.

Cada vez mais a sociedade demanda por instituições pautadas pela transparência e na busca de atores que defendam seus interesses. O MPRS está em sintonia com

essas demandas?

Acredito que sim. Estamos fazendo a lição de casa, conduzindo a instituição com firmeza para o futuro, considerando as mudanças da sociedade, que exigem novas formas de organização, mais transparência e interação, além de respostas para problemas cada vez maiores em impacto e abrangência. Estamos com 100% no indicador do CNMP que mede a transparência dos Ministérios Públicos. Também já iniciamos a aplicação no MPRS da Lei Geral de Proteção de Dados, que nos desafia duplamente: internamente, pela necessidade de readequação dos nossos procedimentos, e na atuação, uma vez que nos caberá fiscalizar a correta aplicação desta lei, cujos dispositivos ainda causam dúvida e ansiedade em grande parcela da sociedade. Vivemos um momento complexo, que exige dos agentes públicos uma visão multidisciplinar, permanente atualização e olhar globalizado para melhor compreensão dos problemas sociais. Entender a complexidade desse cenário é ainda mais fundamental para aqueles que têm o papel de conduzir as instituições nesse caminho. O momento exige experiência, pulso firme e muita capacidade de diálogo, especialmente com os demais poderes. Sempre acreditei e batalhei por um MP independente, mas sensível, colaborativo e, principalmente, conectado com o interesse público e da sociedade gaúcha. São

princípios que seguem pautando nossa gestão. O mundo digital acelerou ainda mais os relógios, exigindo das instituições decisões e respostas cada vez mais rápidas e efetivas. Para atender este novo tempo, sem perder de vista o tamanho de nossa responsabilidade, estamos investindo em novas ferramentas tecnológicas e de gestão, promovendo a atualização de sistemas e a desburocratização de processos. Porém, não podemos confundir agilidade com precipitação. Precisamos seguir aproximando o tempo do direito ao da sociedade, sem abrir mão da “prudência” que deve seguir pautando a atuação do agente ministerial. O Ministério Público

cresceu muito desde a Constituição de 1988, em estrutura e relevância. Conquistamos a confiança da sociedade porque fizemos jus à responsabilidade que nos foi outorgada na Carta Constitucional. Neste momento, para manter a legitimidade conquistada, precisamos nos readequar, entendendo que,

apesar do aumento nas demandas, não vamos crescer proporcionalmente em número de membros e servidores, como ocorria no passado. Por isso, para sermos mais efetivos no resultado de nossas ações é imperativo atuarmos de forma mais articulada, em parceria, sem perder energia com falsas questões e polêmicas. De nada adianta o MP investir em tecnologias e modernização se não estivermos dispostos a abrir os olhos para realmente ver as transformações da sociedade, as novas necessidades, assim como as ameaças dos que, há muito, querem reduzir nossa força por temer o resultado da nossa atuação.

As questões remuneratórias têm preocupado os membros do MP brasileiro, especialmente o gaúcho. O que o senhor pretende fazer para melhorar a situação atual?

Inicialmente, cabe ressaltar que qualquer movimento nessa área, passa por termos, necessariamente, um orçamento condizente, que nos permita avançar sem prejuízos ao cumprimento de nossas despesas ordinárias. Também é imprescindível que as finanças do Estado sigam melhorando, o que vem ocorrendo. Neste quesito, o Ministério Público deve e tem auxiliado o Estado por meio de sua atuação em iniciativas para o desenvolvimento e aumento da arrecadação, além da fiscalização e do combate

à sonegação. Em outra esfera, também com grande peso, é fundamental continuarmos a luta em Brasília pelo reajuste dos subsídios. Essa é uma demanda comum dos MPs e Poder Judiciário que une lideranças institucionais e associativas em prol da atualização nacional dos subsídios. Enquanto essa reposição de perdas não ocorre, a Administração Superior vem adotando algumas medidas possíveis internamente. Cito o auxílio saúde, que deverá começar a ser pago antes do final do ano, e as alterações no

regime de exceção; que serão incorporadas a outras ações já adotadas pela Administração no que se refere a remunerações e benefícios. Também seguimos trabalhando para viabilizar o “subretro” perante o Conselho Nacional, para que haja seu reconhecimento e, assim, possamos implementá-lo.

Mobilização contra a PEC 05/2021



Mobilização contra a PEC 05/2021 em Brasília **Crédito:** CONAMP/Divulgação

Em conjunto com a Administração Superior e com a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), a AMP/RS promoveu, no dia 13 de outubro, um ato público contra a Proposta de Emenda à Constituição n.º 05/2021, que estava em tramitação na Câmara dos Deputados com o objetivo de alterar a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. A manifestação reuniu promotores e procuradores em frente à sede do MPRS, em Porto Alegre, e teve repercussões em diversas cidades do interior do Estado. Na semana seguinte, marcada pela votação do substitutivo da PEC 05/2021 na Câmara dos Deputados, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, participou de uma intensa agenda de reuniões e mobilizações em Brasília. Na noite de 20 de outubro, a Câmara rejeitou o substitutivo da PEC, que agora será apreciada pelos parlamentares em seu texto original.

Seminário CONAMP, CNMP, CNPG e MPRS em Gramado



João Ricardo em Gramado **Crédito:** Robson Hermes/AMPRS

do caráter nacional da carreira”, realizado no segundo dia de programação do seminário "O Ministério Público de Uma Nova Era: Reflexões e Projeções". Promovido pela CONAMP, pelo CNMP, pelo CNPG e pelo MPRS, o evento ocorreu nos dias 1 e 2 de outubro no hotel Serra Azul, em Gramado.

Dia estadual do MP



Crédito: Divulgação

Para marcar o Dia Estadual do Ministério Público, a AMP/RS promoveu, em 29 de junho, o evento “Os desafios do Ministério Público para os próximos anos”, com transmissão ao vivo pelo canal da Associação no YouTube. Mediado pelo presidente João Ricardo Santos Tavares, o debate contou com a participação do presidente da CONAMP, Manoel Murrieta; do procurador da República Deltan Dallagnol; e do vice-presidente dos Jubilados da AMP/RS, Cláudio Barros Silva.

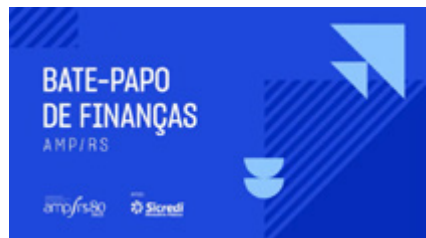
Debates entre os candidatos a PGJ



Crédito: Divulgação

Ciente de seu papel de informar os associados sobre as plataformas dos candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça do Estado, a AMP/RS promoveu, nos dias 29 de abril e 6 de maio, dois debates para a discussão de propostas. Com mediação do presidente João Ricardo Santos Tavares e transmissão ao vivo pelo YouTube, os encontros reuniram os então candidatos Alexandre Sikinowski Saltz, Marcelo Lemos Dornelles, Márcio Schlee Gomes e Sérgio Hiane Harris. O pleito foi realizado no dia 15 de maio, formando a lista tríplice composta por Marcelo Lemos Dornelles, Márcio Schlee Gomes e Sérgio Hiane Harris. Em 27 de maio, Dornelles foi nomeado pelo governador Eduardo Leite para o seu segundo mandato como procurador-geral de Justiça do Estado (o primeiro havia sido em 2015-2017). Antes mesmo da realização da eleição, por meio de um ofício entregue em audiência com o governador no dia 8 de abril, a AMP/RS já havia manifestado a sua posição em favor da nomeação do candidato mais votado pela classe.

Bate-papo de finanças



Em parceria com a Sicredi MP e a JUSPREV, a AMP/SR promoveu, entre julho e novembro, quatro edições do Bate-Papo de Finanças. No dia 1º de julho, a convidada foi a economista-chefe da Fecomércio-RS, Patrícia Palermo. Na segunda edição, em 13 de julho, a palestra foi da gerente da JUSPREV, Deborah Maggio. Na edição seguinte, em 5 de agosto, o convidado foi o analista de previdência privada do Sicredi Luan Torres. Encerrando o ciclo, em 4 de novembro, os painelistas foram o advogado Marcelo Dias da Silva, o promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite e a presidente da RS-Prev, Danielle Cristine da Silva. Transmitidos ao vivo, os vídeos seguem disponíveis no canal da AMP/RS no YouTube. A apresentação dos eventos foi do vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, contando com a participação da vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento, Karina Bussmann; do vice-presidente de Valorização Funcional, Henrique Rech Neto; do gerente executivo da Sicredi MP, Henry Ribeiro; e do promotor de Justiça Valmor Júnior Cella Piazza. “O projeto teve por intuito entregar informações aos associados para que possam fazer opções em relação a investimentos e previdência de modo consciente e seguro”, ressalta Fernando Andrade Alves.

ASSISTA AOS VÍDEOS DO
BATE-PAPO DE FINANÇAS
E DO DIÁLOGOS AMP/RS



Edições especiais do Conexão Mulher

Os encontros do Conexão Mulher ganharam edições especiais nos meses de julho e outubro. Em julho, a convidada foi a médica psiquiatra Denise Luchsinger Blaya Rocha, que abordou o tema “Ansiedade feminina em tempos de pandemia”. Em outubro, foi a vez da promotora de Justiça de São Paulo Gabriela Manssur participar do encontro mensal que discute temas relacionados à participação feminina no MP. Os eventos tiveram a coordenação da vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento, Karina Bussmann, e a presença da diretora do Departamento de Mulheres da AMP/RS, Andréa Machado.



Crédito: Mariana Oselame / AMPRS

Diálogos AMP/RS

Para celebrar os seus 80 anos, a Associação lançou o ciclo de palestras “Diálogos AMP/RS”, uma série de eventos online transmitidos ao vivo pelo canal da entidade no YouTube. A primeira edição, no dia 27 de julho, contou com a presença da promotora de Justiça da Infância e da Juventude Cinara Vianna Dutra Braga, e do gerente da Fundação Pão dos Pobres, João Rocha, com mediação do vice-presidente de Núcleos da Associação, Fernando Andrade Alves. A segunda edição do evento ocorreu em 19 de agosto, em parceria com a IBEGESP, com o mote “Motivação e(m) Crise” e a participação da psicóloga Isabel Macarenco. Novamente, a mediação foi do vice de Núcleos da



Crédito: Matheus Closs/AMPRS

AMP/RS, desta vez acompanhado pela vice de Mobilização Social e Relacionamento, Karina Bussmann. No dia 28 de outubro, o evento ganhou uma terceira edição com o tema “O Ministério Público e o compromisso com a democracia”. Participaram como painelistas a procuradora de Justiça do Ministério Público de Goiás e conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Ivana Farina; o procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Luiz Antônio Marrey; o procurador de Justiça do MPRS, Carlos Eduardo Vieira da Cunha; e o vice-presidente de Jubilados da AMP/RS, Cláudio Barros Silva. A apresentação do painel ficou a cargo do vice Administrativo e Financeiro, André de Azevedo Coelho, do vice de Núcleos, Fernando Andrade Alves, e do presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares.



Time da AMP/RS, campeão no Master +40



Time da Sociedade Libanesa, campeão no Master +50



Time da OAB, campeão no Master +30

Torneio dos 80 anos

A sede campestre da Associação recebeu, no dia 16 de outubro, o Torneio AMP/RS 80 Anos, em comemoração ao aniversário da entidade. Dentre 12 times competidores, os campeões foram: a OAB (categoria Master +30), a AMP/RS (categoria Master +40) e a Sociedade Libanesa (Master +50).

Dia dos pais e das crianças → O almoço especial do Dia dos Pais, realizado no dia 8 de agosto, marcou o retorno das atividades presenciais na sede campestre da AMP/RS. No dia 12 de outubro, também na sede campestre, a Associação promoveu a festa de Dia das Crianças.

Semanas do Ministério Público → A Semana do Ministério Público teve a sua primeira edição de 2021 nos dias 25 e 26 de agosto. Promovida em parceria com a Ulbra, a XIII Semana do Ministério Público do Litoral Norte reuniu alunos dos campi Canoas, Carazinho, Gravataí, Guaíba, São Jerônimo e Torres. O evento ainda teve edições em Taquara, no dia 21 de outubro (XI Semana do Ministério Público da Rota da Serra), em parceria com a Faccat, e em Passo Fundo, nos dias 25 e 26 (XI Semana do Ministério Público de Passo Fundo), com a Universidade de Passo Fundo (UPF). Até o fechamento desta edição, mais uma edição estava marcada: a tradicional Semana do Ministério Público de Santa Cruz do Sul, em parceria com a UNISC, que chega a sua edição de número 37 nos dias 9, 10 e 11 de novembro.

Reforma do Estatuto → Em Assembleia Geral Extraordinária, a AMP/RS aprovou, no dia 29 de março, a proposta de alteração do seu Estatuto. O documento contemplou grande parte das sugestões apresentadas pelos associados, que encaminharam proposições de melhorias para a Comissão responsável pela elaboração do novo documento.

Doações → A pasta de Mobilização Social e Relacionamento, por meio de sua vice-presidente, Karina Bussmann, promoveu, ao longo do ano, diversas ações em benefício das populações vulneráveis. Entre elas, estiveram a entrega de cestas básicas arrecadadas na campanha “O amor é muito mais contagiante”, promovida em parceria com o MP.

A Teoria da Porta

Um cidadão estava reformando sua casa. Em determinado momento, precisava colocar piso e porta. Sua mulher, metida a entender de arquitetura e decoração, disse que primeiro deveria ser colocada a porta para depois o piso. O cidadão argumentou que não, que deveria ser ao contrário, primeiro o piso para depois a porta. Ela insistiu: claro que não, primeiro a porta para depois o piso. Marido experiente, o cidadão resolveu fazer o que a mulher sugeriu. Colocou primeiro a porta.

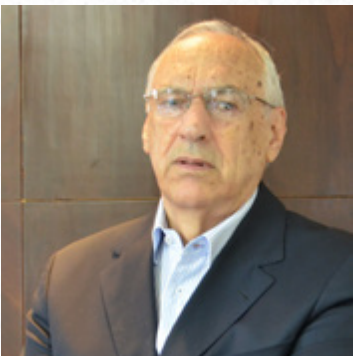
Não deu outra: no momento de colocar o piso, este não entrou embaixo da porta. O cidadão então retirou a porta, colocou o piso, cortou a porta e recolocou-a. E não se amofinou com isso. Muito pelo contrário. Feliz da vida, sentou-se num sofá e abriu uma cerveja. Mais vale cortar uma porta que desentender-se com a esposa, disse ele, orgulhoso.

O episódio viralizou, como é comum nos dias de hoje. Muitos debates foram feitos sobre o ocorrido. Havia pessoas a favor, pessoas contra, a maioria debochando do cidadão da porta. No entanto, Ludovico Canosa, um estudioso da evolução da humanidade, resolveu se debruçar sobre o tema. Meditou, pesquisou e chegou à conclusão de que o curioso caso da porta era o que faltava em sua teoria. Claro, pensou ele, como não havia imaginado isso antes?

Após frenético trabalho, tomou meio cálice de vinho para criar coragem e enviou suas conclusões para a ONU. *Alea jacta est*, pensou. Passei o Rubicão. E seja o que os deuses quiserem. Em virtude de seu ineditismo, em poucos dias todos os funcionários do prédio da ONU haviam tomado conhecimento do estudo que para lá fora enviado. E o austero edifício explodiu em gargalhadas, ora vejam, que ideia, hein?

Foram ouvidas risadas em todos os idiomas do mundo. Claro que o assunto vazou. Em pouco tempo, o planeta inteiro comentava a estranha conclusão. Havia uma risada geral na atmosfera terrestre. Como é mesmo o nome dele? Um tal de Ludovico, respondiam. Mora numa cidade sorridente chamada Porto Alegre, no sul do Brasil. Há, bom, tem tudo a ver, ironizavam.

Mas o vazamento teve importante consequência. Não foram poucos os cientistas pelo mundo afora que resolveram encarar com seriedade a singular ideia. Os cientistas são assim, eles têm espírito de passarinho, conseguem dar relevância a qualquer coisa, por inexpressiva que possa parecer. E, aos poucos, com base nos estudos de Ludovico, foi sendo elaborada a nova forma de relacionamento chamada Teoria da Porta.



Mário Cavaleiro Lisboa
Procurador de Justiça
jubilado

Crédito: Robson Hermes.

Darwin já concluíra que não é a espécie mais forte nem a mais rápida que consegue evoluir, sim aquela que se adapta às circunstâncias do ambiente. Pois, no caso dos homens casados, mantêm-se em evolução aqueles que têm resiliência, aqueles que se adaptam bem ao matrimônio, por mais difícil que ele seja. Para a teoria, não interessa se a mulher está certa ou errada. Isso é irrelevante. O importante é a prática da resiliência. E essa prática deve ser constante.

De nada adianta concordar apenas esporadicamente com a esposa. Não. Isso deve se tornar um hábito de vida. Tampouco funciona se o marido concorda de má vontade, apenas para não se incomodar, para se ver livre da tarefa ou de eventual mau humor da mulher. Essa concordância precisa ser autêntica, de boa vontade e com entusiasmo. Tal subjetividade é que vai atingir os genes. Quanto mais resiliente for o homem nessas ocasiões, mais os seus genes vão se beneficiar. E, ao contrário do que alguns dizem, obedecer à esposa não torna o sangue agudo.

Após aprofundar os estudos sobre a matéria, os cientistas concluíram que a Teoria da Porta, depois de Darwin, seria a maior descoberta sobre a evolução da humanidade. Com sua prática, a humanidade poderia evoluir cem anos em apenas vinte e cinco anos, que é o tempo de uma geração. E Ludovico pôde novamente sair às ruas, pois agora não era mais ridicularizado. A Teoria da Porta passou a fazer parte da grade escolar de todas as nações. Até a religião dobrou-se a tal evidência. Ao celebrar um casamento religioso, no momento dos votos, dirigindo-se ao noivo, o padre passou a perguntar: promete amá-la na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, bem como cortar a porta?

Em virtude da importância do caso para a humanidade, junto à ONU foram erigidos sete imponentes monumentos para sedimentar bem a relevante conclusão. Os monumentos em sequência retratavam o episódio do cidadão com a porta. Ele colocando a porta, tentando colocar o piso, retirando a porta, colocando o piso, cortando a porta, recolocando-a e por fim sentado num sofá tomando uma cerveja com ar de satisfação. Junto ao último monumento, foi colocada uma placa com a seguinte frase: *Este é o homem ideal*.

O mesmo filme, outra vez

Cláudio Brito
Promotor de Justiça
jubilado e jornalista



Crédito: Arquivo pessoal.

Escrevo enquanto, na tevê, os telejornais vão dando conta de ameaças antidemocráticas muito sérias, embora não sejam novas, bem ao contrário. Tem até cantor sertanejo vociferando para dizer que vai fazer parar o país, alegadamente em nome dos caminhoneiros. Os Chefes dos Poderes quebram a cada instante a harmonia e a independência, seja pela manifestação isolada em uma “live” qualquer, seja em discursos um pouco mais formais e ritualísticos.

Bem agora, alinhando as frases que farão meu artigo para esta edição do Réplica (para mim, apesar do vitorioso formato de revista atual, ainda o mesmo bravo jornal que Mário Cavaleiro Lisboa e João Batista Tovo criaram), vejo e ouço os noticiários que, a cada dia, mais nos assustam, ou que deveriam assustar, pelo menos.

Quando os ventos sopram para causar rupturas indesejáveis, balançam todas as árvores da floresta e são grandes os estragos causados ao bem-estar social e aos princípios jurídicos voltados à segurança de todos nós. Já vi este filme. A primeira vez, em 1954. Tinha então seis anos de idade e fiquei impressionado em ver tanques de guerra pela primeira vez. E soldados

com metralhadoras pelas ruas centrais de Porto Alegre, enquanto um quebra-quebra geral era a marca de protesto e horror pelo suicídio de Getúlio Vargas. Em 1961, já um adolescente, fui à Praça da Matriz ouvir os discursos veementes de Leonel Brizola, no movimento da Legalidade, para assegurar a posse de João Goulart, após a renúncia até hoje não muito bem explicada de Jânio Quadros. E vivi 1964 para ver companheiros de colégio e de bairro sendo buscados em casa, por homens fardados ou não, levados para os porões das torturas e assassinatos, que sustentavam a nova ditadura, que se impunha pela força e não pelo Direito.

Foi ainda pior em 1968, já atuando como jornalista, na eclosão do AI-5. Vi de perto e experimentei a Censura e outras barbaridades. Ainda assim, insisti com o Direito. O resto da história muitos que ora me leem acompanharam ou leram a respeito. Em todos esses momentos históricos, como agora parece estarmos em véspera de uma reprise indesejável, o Ministério Público precisou estar muito atento, vigilante e atuante em favor dos princípios constitucionais que dão molde à Instituição e guarida à sociedade.

Tive a honra de acompanhar, participar e ajudar a contar a saga de procuradores e procuradoras, promotores e promotoras de todo o Brasil, na conquista do perfil constitucional de nosso Ministério Público, bem como nas repetidas incursões para a consolidação e atualização da

Lei Orgânica. Agora, quando leio projetos para um novo Código de Processo Penal absurdo, ou mesmo propostas de novas regras de nossas carreiras, confrontando-os com o que foram aqueles de outros tempos, caio na real e vejo que são os mesmos fundamentos e manobras de todos os períodos que nos levaram a instantes dolorosos para a sociedade e a Nação. Por favor, troquemos a programação e vamos constituir e realizar roteiros para um filme bem melhor.



